



5º EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - 2018

CADERNO DE QUESTÕES

1. A prova terá duração de 3 horas, considerando, inclusive, o preenchimento do cartão-resposta e a transcrição do texto para a folha de resposta definitiva.
2. É responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D) e 02 (duas) questões discursivas, distribuídos da seguinte forma:

PROVA	CONTEÚDO	QUESTÕES
OBJETIVA	Direito Civil / Direito Processual Civil	01 a 08
	Direito Constitucional	09 a 12
	Direito Administrativo / Direito Tributário	13 a 20
DISCURSIVA	Direito Civil, Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Tributário	02

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

"A desconfiança é o farol que guia o prudente."

4. A prova (objetiva e discursiva) deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha durante a realização da prova. A simples posse ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, mesmo que desligado, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato no certame.
5. Durante a realização da prova (objetiva e discursiva) não será admitida a consulta à legislação, livros, impressos ou anotações bem como o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie e/ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. Não haverá substituição do cartão-resposta e/ou folha de resposta definitiva por erro do candidato. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o cartão-resposta e a folha de resposta definitiva.
7. Será de responsabilidade do candidato o preenchimento correto nas respectivas questões. Qualquer eventual erro acarretará na anulação da questão.
8. O candidato deverá responder, cada questão, utilizando o **máximo de 15 (quinze) linhas**. Será **desconsiderado**, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida. Caso o candidato opte por não responder à prova discursiva, deverá declarar, no campo destinado à resposta definitiva, que entregou a prova em branco.
9. A folha de resposta definitiva possui código numérico e não poderá ser assinada, rubricada, nem conter nenhuma identificação, mesmo que seja em seu verso, sendo assim a detecção de qualquer marca identificadora acarretará em anulação da questão e a consequente eliminação do candidato do certame.
10. **Será admitida** rasura, acompanhada da palavra "digo", sem que isso constitua identificação de prova.
11. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais: nome, número de inscrição e data de nascimento.
12. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
13. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita juntamente com as folhas de resposta definitiva sem nenhuma identificação e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado as provas.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. Rio, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível também, no endereço eletrônico <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01. Caio e Mário firmaram contrato com Tício para prestar, de forma solidária, serviços de informática. Internamente, Caio e Mário dividiram as tarefas a serem executadas. Pago o preço antecipadamente, os serviços de Mário não vieram a ser prestados. Tício ajuíza ação apenas em face de Caio, no juízo comum, pedindo indenização por perdas e danos em razão dos serviços não prestados. Como advogado de Caio, você corretamente poderá:

- (A) apresentar pedido de chamamento ao processo em face de Mário, uma vez que todos os devedores continuam obrigados pelo resto da obrigação
- (B) suscitar a sua responsabilidade parcial pela dívida, uma vez que a propositura de ação contra apenas um dos devedores solidários importa em renúncia em face dos demais
- (C) suscitar sua ilegitimidade passiva *ad causam*, uma vez que Caio realizou as tarefas que lhe cabiam, e por se tratar de obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os devedores
- (D) apresentar pedido de indeferimento da petição inicial, uma vez que a ação deveria ter sido proposta em face de todos os devedores solidários

02. O veículo A, conduzido por Caio, colide com o veículo B, de propriedade e conduzido por Mário. Em razão do acidente, o veículo B sofreu severos danos, enquanto que o condutor precisou de atendimento médico, por causa de variadas escoriações. Como Caio e Mário não se entenderam quanto às responsabilidades pelo evento, Mário terminou por arcar com os gastos pelos reparos do seu veículo, no valor de R\$ 15.000,00. Posteriormente, Mário ingressou no juízo comum com ação em face de Caio, requerendo o arbitramento de indenização por danos materiais e morais. Proferida sentença, Caio é condenado ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos por Mário, tendo o juízo arbitrado a quantia de R\$ 10.000,00, além de ter sido condenado ao pagamento de R\$ 12.500,00, pelas despesas com os reparos no veículo. Quanto aos juros e à correção monetária das verbas indenizatórias contempladas na sentença, é correto afirmar que:

- (A) os juros moratórios, a correção monetária da indenização pelos danos morais e a correção monetária da indenização pelos danos materiais fluem a partir da data da sentença
- (B) os juros moratórios não são devidos por se tratar de indenização decorrente de responsabilidade civil extracontratual; a correção monetária da indenização por dano moral incide desde a data da sentença e a correção monetária da indenização pelos danos materiais incide desde a data do desembolso
- (C) os juros moratórios fluem a partir da data do evento danoso, a correção monetária da indenização por dano moral incide desde a data da sentença e a correção monetária da indenização pelos danos materiais incide desde a data do desembolso
- (D) os juros moratórios, a correção monetária da indenização pelos danos materiais e a correção monetária da indenização pelos danos morais fluem a partir da data do evento danoso

03. Em ação de rito comum proposta pela construtora Imperatriz S/A em face da empresa Cambuci Cimento e Material de Construção Ltda., a demandante formulou pretensão de rescisão contratual, cumulada com pedido indenizatório, contemplando não só o dano emergente, mas também o lucro cessante, tendo em vista os prejuízos sofridos pelo descumprimento do contrato de fornecimento de materiais para o implemento de sua atividade fim. Distribuída a ação perante a 7ª Vara Cível da Comarca da Capital e estabelecido o contraditório de forma regular, entendeu o magistrado em proferir decisão de julgamento antecipado parcial do mérito, no que tange ao pleito de dano emergente, remetendo os demais pedidos para a fase instrutória.

Com relação à questão em tela, o recurso cabível na espécie é:

- (A) apelação
- (B) agravo de instrumento
- (C) agravo interno
- (D) mandado de segurança

04. Da decisão do magistrado que acolhe a extromissão do réu, fazendo a inserção de outro legitimado passivo na relação jurídica processual, sobreveio a fixação de honorários advocatícios, momento em que o autor manifestou, mediante pedido de reconsideração, seu protesto.

À luz das regras legais incidentes na espécie, a análise da questão em tela permite concluir que:

- (A) não se justifica o protesto do autor, já que tal decisão é uma sentença, sendo portanto cabível a fixação da verba honorária
- (B) não há fundamento para o pleito de reconsideração, pois o processo ainda não se encontrava maduro para julgamento, sendo portanto incabível o estabelecimento de verba honorária nesse particular
- (C) é correta a postura do julgador, pois a sentença ao proclamar a ilegitimidade do réu, permitiu a emenda da inicial, com a inclusão de um novo litisconsorte
- (D) é correta a fixação da verba honorária por se tratar de uma decisão interlocutória, que excluiu o réu da lide

05. Em sentença condenatória transitada em julgado, o réu foi condenado a pagar o importe de R\$ 10.000,00 ao demandante em ação de rito comum, sendo certo que, quando do oferecimento do cumprimento de sentença, o credor fez incluir em seu cálculo os juros de mora que não foram contemplados na decisão e que, de seu turno, as partes não manejaram os competentes embargos de declaração.

Considerando esse contexto, pode-se afirmar sem erro que:

- (A) a atitude do credor estaria correta, caso no título judicial houvesse a condenação explícita nos juros de mora
- (B) o credor não pode efetivar tal cobrança de juros porque, caso contrário, estar-se-ia descumprindo o princípio da inércia da jurisdição
- (C) o credor não pode incluir os juros porque, apesar de o pedido ser implícito, o título executivo não decidiu nada a esse respeito, devendo-se respeitar o princípio processual da integridade do título executivo
- (D) a atitude do credor está correta, tendo em vista a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal

06. Em caso da decisão do relator que releva a pena de deserção, após constatar a ocorrência de justo impedimento do recorrente no recolhimento da guia de custas atinente ao preparo, sabe-se que:
- (A) nenhum recurso é cabível
 (B) cabe agravo interno
 (C) cabe reclamação
 (D) mandado de segurança é cabível
07. A decisão do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado X que faz a admissibilidade do recurso extraordinário e decide por “negar-lhe seguimento” desafia o recurso de:
- (A) agravo de recurso extraordinário
 (B) agravo interno
 (C) agravo de instrumento
 (D) reclamação constitucional
08. A empresa Praxedes Toledo Padaria Ltda. propôs demanda em face de Casa Paulista Artigos Alimentícios Ltda., vindicando a obrigação de fazer, pleito esse que veio a ser acolhido integralmente depois de percorrido todo o procedimento do devido processo legal. Em sede de cumprimento de sentença, de ofício, o magistrado fixou multa cominatória no valor de R\$ 1.000,00, a fluir diariamente. Considerando a renitência do devedor no cumprimento da prestação, o valor da multa ascendeu ao importe de R\$ 500.000,00, sendo certo que depois de tal circunstância o devedor cumpriu os termos do mandamento judicial, ao tempo em que pugnou pela redução da multa a patamares razoáveis, que, na sua visão, corresponderia a R\$ 50.000,00.
- A análise desse caso permite concluir corretamente que:
- (A) o devedor está sem razão, pois segundo o ordenamento jurídico processual em vigor, a modificação do valor da multa e de sua periodicidade só pode ser nas parcelas vincendas e não nas vencidas
 (B) o que impede o pedido do devedor é a fixação do valor mediante sentença de mérito transitada em julgado
 (C) o pedido do requerente merece ser apreciado tendo em vista que, segundo a lei vigente, o cumprimento parcial superveniente da obrigação pode ensejar a diminuição do valor da multa
 (D) como tem salientado a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, inclusive em recurso repetitivo, poderá o magistrado apenas aumentar a multa no seu valor e periodicidade, mas nunca diminuir o seu importe econômico

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Diante da inexistência de lei federal, o Estado X, considerando que o Poder Público tem o dever de defesa do meio ambiente equilibrado, incumbindo-lhe o controle da produção, da comercialização e do emprego de substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, editou lei publicada em janeiro de 2015, estabelecendo que o óleo ascarel deveria ser banido do território do ente no prazo de 10 anos a contar da publicação da lei. Importante esclarecer que ascarel é o nome comercial pelo qual é conhecido o fluido dielétrico, cujo teor tóxico é elevado. O Município Y, inserido no território do Estado X, editou lei determinando que, em seu território, o uso do ascarel seria proibido a partir de 6 meses a contar da data da sua publicação, que se deu em janeiro de 2018. Neste contexto, é correto afirmar que:
- (A) a lei do Estado X é inconstitucional porque a competência suplementar do Estado depende da existência de lei prévia da União
 (B) a lei do Município Y é constitucional, uma vez que, no âmbito de seu território, detém competência legislativa ambiental privativa, de modo que a lei do Estado X somente seria aplicável ao território do Município Y enquanto não editada lei municipal
 (C) a lei do Município Y é constitucional, vez que, no âmbito de sua competência legislativa ambiental concorrente suplementar, é admitida a edição de norma específica mais restritiva que a lei estadual
 (D) a lei do Município Y é inconstitucional porque fixou prazo inferior ao estabelecido pela lei do Estado X, contrariando a hierarquia existente na competência legislativa ambiental
10. O poder regulamentar é um dos poderes administrativos conferidos ao Chefe do Executivo. Considerando a sua natureza, as suas modalidades e os limites ao seu exercício, é correto afirmar que:
- (A) os regulamentos de execução dependem de lei prévia e devem ser editados “*secundum legem*”
 (B) os regulamentos de execução podem criar obrigações não previstas na lei regulamentada, desde que sejam obrigações de baixo valor econômico
 (C) os regulamentos autônomos podem ser editados nas hipóteses de omissão legislativa, dada a natureza suplementar do poder regulamentar
 (D) o Chefe do Executivo, no exercício do seu poder regula-

mentar autônomo, pode extinguir órgão público

11. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidada em Súmula Vinculante, em matéria de controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo, é correto afirmar que:
- (A) em respeito à cláusula de reserva de plenário, os juízes de primeiro grau estão proibidos de declarar a inconstitucionalidade de lei, ainda que de forma incidental
 - (B) viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte
 - (C) em respeito à cláusula de reserva de plenário, somente o plenário do Supremo Tribunal Federal pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, ainda que de forma incidental
 - (D) viola a cláusula de reserva de plenário a decisão da maioria absoluta dos membros do órgão especial de Tribunal que declare a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público
12. Dentre as competências atribuídas pela Constituição Federal aos Municípios, estão:
- (A) (i) prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população; (ii) legislar sobre serviço postal
 - (B) (i) legislar sobre sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular; (ii) legislar sobre assuntos de interesse local
 - (C) (i) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (ii) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local
 - (D) (i) instituir e arrecadar os tributos de sua competência; (ii) legislar sobre desapropriação

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO TRIBUTÁRIO

13. Em 02 de dezembro de 2017, o Município X aprovou uma lei trazendo uma nova "Planta de Valores de IPTU", implicando majoração do imposto em nível que supera o índice oficial de correção monetária e com entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018. Considerando o exposto, é correto afirmar sobre o ato normativo que:
- (A) há inconstitucionalidade, porque não pode haver aumento da base de cálculo que supere os índices oficiais de correção monetária
 - (B) há inconstitucionalidade, porque não foi respeitada a anterioridade nonagesimal (ou noventa), na forma exigida pela Constituição Federal
 - (C) não há inconstitucionalidade, porque o aumento da base de cálculo não implica majoração do tributo
 - (D) não há inconstitucionalidade, porque aumento da base de cálculo do IPTU não está sujeito à noventa e desde que efetuado por lei pode ser superior ao índice oficial de correção monetária

14. Em razão da falta de recolhimento de imposto, foi lavrado auto de infração, com lançamento de imposto em dezembro de 2006, cujo fato gerador ocorreu em 2005. A empresa apresentou tempestivamente impugnação administrativa, com recurso e pedidos de suspensão, e por sua própria desídia, o processo terminou em 2011, mantido o lançamento e rejeitados os recursos administrativos. No final de 2014, foi ajuizada a execução fiscal para a cobrança do imposto, com despacho e citação ocorrendo em 2015. Considerando o exposto é correto afirmar que:
- (A) houve decadência
 - (B) não houve prescrição nem decadência
 - (C) houve prescrição
 - (D) houve prescrição intercorrente administrativa
15. Sobre o papel da lei complementar em matéria tributária, é correto afirmar que:
- (A) deve dispor sobre conflito de competência, em matéria tributária, entre a República Federativa Brasileira e outros Estados estrangeiros.
 - (B) as leis complementares deverão estabelecer normas gerais em matéria tributária, ressalvada a possibilidade de a União estabelecer por lei ordinária regras sobre decadência e prescrição na cobrança das contribuições sociais para o custeio da seguridade social
 - (C) os empréstimos compulsórios, mesmo os destinados a atender despesas extraordinárias decorrentes de guerra externa, apenas poderão ser instituídos por lei complementar
 - (D) considerando que o Código Tributário Nacional foi originalmente elaborado sob a forma de lei ordinária, eventual alteração das normas gerais que estabelece não demandaria lei complementar
16. Acerca do instituto do tombamento, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A) é possível o tombamento de bens por meio de lei proposta por membro do Poder Legislativo, uma vez que inexistente reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para projetos de lei que tratem da proteção ao patrimônio histórico-cultural local, nos termos do artigo 30, inciso IX, da Constituição Federal
 - (B) o tombamento de bens pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado poderá se dar voluntária ou compulsoriamente
 - (C) a realização de construções na vizinhança do bem tombado dependerá de prévia autorização do órgão ou entidade de proteção do patrimônio cultural sempre que aquelas impedirem ou reduzirem a sua visibilidade
 - (D) o proprietário de bem tombado que não dispuser de recursos para efetuar as obras necessárias à sua preservação deverá comunicar o fato ao órgão ou entidade de proteção ao patrimônio cultural, cabendo ao Poder Público assumir a responsabilidade pela realização e custeio das obras
17. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder ou órgão que ultrapassar o limite prudencial de despesa total com pessoal, poderá:
- (A) prover cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, para toda e qualquer área, sem restrições
 - (B) alterar estrutura de carreira, se a reestruturação implicar aumento de despesa
 - (C) criar cargo, emprego ou função
 - (D) conceder revisão geral anual

18. Acerca do procedimento de manifestação de interesse social previsto na Lei Federal nº 13.019/14, é correto concluir que:
- (A) o procedimento é o instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil e as sociedades empresárias poderão apresentar à Administração Pública, propostas para realização de chamamento público visando à celebração de parceria
 - (B) a entidade que propuser ou participar do procedimento não estará impedida de participar do chamamento público subsequente
 - (C) apresentada a proposta, a Administração Pública deverá torná-la pública em seu sítio eletrônico, instaurando, obrigatoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, o procedimento para oitiva da sociedade sobre o tema
 - (D) a realização do procedimento implica necessariamente a abertura de chamamento público para seleção da entidade com a qual a Administração Pública irá firmar parceria
19. A venda de bens móveis inservíveis do Município X, avaliados em R\$ 78.000,00, deve ser realizada através da seguinte modalidade de licitação:
- (A) leilão
 - (B) pregão presencial
 - (C) convite
 - (D) concorrência pública
20. São elementos sempre vinculados na prática de ato administrativo discricionário:
- (A) competência, finalidade e forma
 - (B) competência, forma e objeto
 - (C) motivo, finalidade e objeto
 - (D) finalidade, motivo e conveniência

PROVA DISCURSIVA

Você deverá responder às duas questões propostas, na íntegra; desenvolvendo texto de, no máximo, 15(quinze) linhas, para cada questão.

01. A empresa "W" que atua na área de venda de móveis decidiu expandir suas operações, resolvendo atuar no Município "X", reconhecido por abrigar diversas empresas do setor de móveis. Para tanto, buscou o melhor local para estruturar suas operações, descobrindo que havia um excelente imóvel cujo proprietário é o próprio Município "X" e que seria objeto de processo para utilização exclusiva por particular. Assim, após procedimento administrativo, firmou contrato de concessão de uso com o Município pelo prazo de 10 (dez) anos a contar de agosto de 2017. Tendo em vista o caso exposto, responda de forma fundamentada sobre:
- (A) Quais são as providências administrativas necessárias para que seja firmado regularmente com a empresa "W" o contrato de concessão de uso do imóvel municipal?
 - (B) Há possibilidade de o Município "X" lançar o IPTU relativo ao imóvel em face da empresa "W" a partir do exercício de 2018?
02. João, ocupante do cargo efetivo de médico do Município "X," acumula, licitamente, o cargo efetivo de professor da Universidade Federal "Y". O órgão de gestão de pessoal do Município "X", examinando os processos administrativos de acumulação de cargos, verificou que a soma das remunerações percebidas por João nos dois cargos ultrapassa o teto remuneratório do Município, que é o subsídio do Prefeito. Ato contínuo, o referido órgão, sem qualquer comunicação, implementou corte na remuneração de João a partir do mês subsequente, de modo que a soma dos valores remuneratórios percebidos em razão do exercício dos dois cargos não ultrapassasse o teto remuneratório do Município "X". João somente tomou ciência do corte remuneratório ao receber seu contracheque. Neste contexto, responda de forma fundamentada sobre:
- (A) Que medida judicial pode ser adotada por João (i) que lhe permita formular pedido liminar e (ii) em que não caiba a condenação em honorários advocatícios, sequer em sede recursal?
 - (B) Qual a tese jurídica a ser adotada por João, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema?

